



Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho
MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho
DÉBORA MARIA LIMA MACHADO

CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora do Trabalho
DALILA NASCIMENTO ANDRADE

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora do Trabalho
MARIZETE MENEZES CORRÊA

DIRETOR-GERAL

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Sílvia Renata Rocha Pereira

SECRETÁRIA-GERAL JUDICIÁRIO

Manuela Rocha Barbosa de Menezes

Endereço: Rua Bela Vista do Cabral, 121 - Nazaré
40055-000 - Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3319.7070
Diagramação: Seção de Mídias Gráficas do TRT5
E-mail: grafica@trt5.jus.br

Atos da Presidência

PROAD Nº 4708-2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADORA MARIA DE LOURDES LINHARES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que aprovou a seguinte Portaria:

PORTARIA CEJUSC Nº 01/2018

A Excelentíssima Juíza **DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO MOTA**, Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO a existência de petições para despachar sem conteúdo decisório;

CONSIDERANDO os princípios da razoável duração do processo, economia e celeridade processuais;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos LXXVIII, do artigo 5º, e XIV do artigo 93, ambos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004;

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do artigo 203 do Novo Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de agilizar a prática de atos processuais tornando mais rápida a prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que o CEJUSC é uma unidade em fase de implantação, não tendo havido, antes, quaisquer práticas processuais,

RESOLVE delegar ao Chefe do CEJUSC e aos demais servidores da Unidade a prática de ofício dos ATOS ORDINATÓRIOS a seguir enumerados, bem como outros decorrentes de situações consideradas de mero expediente, sem caráter decisório e passíveis de retificação, a qualquer tempo, por este Juízo:

1. DO PROCESSO EM GERAL

1.1. Receber os processos remetidos pelas Varas do Trabalho;

1.2. Verificar se o processo remetido atende aos requisitos de recebimento definidos pelo NUPEMEC, como a existência de ente público litigando como demandante ou demandado principal ou com litisconsorte(s) outro(s) ente(s) público(s), bem assim se o único demandado é empresa em recuperação judicial, inclusive se pendem decisões preliminares, como pedidos de antecipação de tutela e liminares, sem apreciação pelo Juízo de origem, certificando o fato nos autos e os devolvendo à superior apreciação;

1.3. Verificar se o processo remetido, se de rito ordinário, possui audiência designada no Juízo de origem, sem cancelamento, certificando o fato nos autos e os devolvendo à superior apreciação;

1.4. Verificar se o processo remetido pela Vara, se em fase de liquidação e execução, possui depósitos recursais realizados, cálculos apresentados pela(s) parte(s), decisões de impugnações aos cálculos e embargos à execução, penhoras realizadas e hastas públicas designadas, certificando nos autos;

1.5. Designar audiência nos processos aptos à inclusão em pauta;

1.6. Cumprir atos processuais determinados pelas instâncias superiores ou Juízes, caso dependam de diligências a serem realizadas exclusivamente pela Secretaria;

1.7. Atualizar os cálculos, devendo sempre proceder à juntada dos cálculos aos autos;

1.8. Cumprir determinações contidas em despacho, após a certidão de decurso de prazo e/ou cumprimento da diligência necessária;

1.9. Reiterar ofícios, por uma única vez, após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, quando não houver manifestação do destinatário;

1.10. Juntar procurações e substabelecimentos, retificar e anotar na autuação e registros do processo quanto aos nomes dos advogados e seus endereços, com lavraturas das respectivas certidões; na hipótese de impossibilidade de retificar a autuação em face de defeitos da representação processual, certificar o ocorrido e notificar o patrono para que regularize o feito;

1.11. Utilizar o serviço de rastreamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT no sítio da internet, para obter informações sobre correspondências postadas, certificando nos autos;

1.12. Aguardar a manifestação da(s) parte(s) intimada(s) ou o decurso total do prazo, caso este tenha sido concedido de forma sucessiva ou ainda esteja em curso;

1.13. Retificar a autuação e demais assentamentos dos processos, quando noticiado novo endereço de qualquer das partes;

1.14. Fornecer Certidão de Objeto e Pé, quando requerida, caso tenha sido comprovado o recolhimento dos emolumentos previstos no art. 789-B, da CLT;

1.15 Devolver a CTPS ao reclamante, após efetuadas as anotações determinadas, ou a requerimento do interessado a qualquer tempo;

1.16 Expedir Carta Precatória quando a alteração de endereço implicar na mudança de jurisdição, no caso de citações e notificações por Oficial de Justiça;

1.17. Aguardar a audiência para apreciação de promoção quando restarem 5 (cinco) dias, ou menos, para realização da sessão ou quando não houver interstício para a prática de atos a ela relacionados;

2. DAS NOTIFICAÇÕES

2.1. Notificar as partes e advogados da audiência designada, consignando-se as advertências previstas em lei, conforme cada caso, desde que já cominadas pelo Juízo ou haja imposição legal;

2.2. Notificar os advogados renunciantes para comprovar a comunicação ao seu constituinte, conforme o estabelecido pelo art. 112 do Código de Processo Civil;

2.3. Notificar a parte e/ou seu advogado para informar o número correto dos processos nos expedientes por eles juntados;

2.4. Notificar as partes para terem ciência de petições e/ou documentos juntados pela parte contrária;

2.5. Dar vista às partes de petições, documentos e ofícios que não necessitam de apreciação do Juiz e cuja juntada se processar até 10 (dez) dias da audiência, devendo aguardar a sua realização, quando o prazo for inferior;

2.6. Notificar a parte interessada para acompanhar o cumprimento de diligência, havendo determinação nesse sentido, quando houver certidão do Oficial de Justiça atestando não ter localizado o endereço indicado no mandado ou notificação;

2.7. Notificar a parte para ter vista de documentos e/ou ofícios anexados aos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias quando necessário esclarecimento ou manifestação e desde que a providência não possa ser adotada de ofício;

2.8. Renovar imediatamente notificações e/ou diligências, quando efetuadas incorretamente ou quando houver erros materiais sanáveis de ofício;

2.9. Efetuar ou reiterar a notificação, através de Oficial de Justiça, quando a mesma for devolvida pela ECT sem cumprimento (localidade não atendida, ausente, etc.), inclusive com expedição de carta precatória, exceto quando for informado que o destinatário “mudou-se”, hipótese em que deverá ser notificado no endereço cadastrado no SERPRO; neste caso, em não havendo endereço diverso ao já existente nos autos, notificar por edital;

2.10. Notificar o advogado da parte para que indique o novo endereço do seu constituinte, em cinco dias, em consonância com o art. 77,V do CPC;

2.11. Dar vista à parte do aditamento (processo do rito ordinário), encaminhando cópia do mesmo à parte caso esta não possua advogado constituído, cuja juntada se processar até 15 (quinze) dias da audiência, devendo aguardar a sua realização, quando o prazo for inferior;

3. DA AUDIÊNCIA

3.1. Designar nova data de audiência quando não houver interstício para notificação das partes ou advogados, expedindo as devidas notificações, com as cominações legais, quando o caso;

4. DAS CARTAS PRECATÓRIAS

4.1. Remeter de ofício (diretor/diretor) ou comunicar via telefone e/ou *on line* (com lavratura da respectiva certidão) ao Juízo Deprecante, informando sobre o andamento da carta precatória;

4.2. Solicitar informações acerca da carta precatória por meio de malote digital, correio eletrônico (e-mail) ou telefone, dando ciência ao interessado somente quando for necessária a sua manifestação;

4.3. Efetuar consultas via rede ou Internet sobre andamentos de cartas precatórias para atualização dos registros processuais, restringindo-se a expedição de ofícios ou solicitações de informações para os casos que necessitem maiores esclarecimentos;

4.4. Dar vista à parte interessada do teor do ofício do Juízo Deprecado;

4.5. Encaminhar cópia de petições e documentos para apreciação do Juízo Deprecado, quando for o caso;

5. DOS ATOS POSTERIORES À CONCILIAÇÃO

5.1. Liberar imediatamente os valores depositados para pagamento de acordo homologado bem como guias de seguro-desemprego, FGTS e CTPS, caso esta tenha sido a ordem exarada na ata de acordo;

5.2. Proceder aos registros dos recolhimentos dos tributos no PJe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Os atos processuais praticados pelos servidores em face da delegação de atribuições outorgada pela presente Portaria estarão, sempre que necessário, sujeitos à revisão pela Juíza Coordenadora do CEJUSC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 03 de maio de 2018.

DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO MOTA

Juíza Coordenadora do CEJUSC

PORTARIA TRT5 Nº 0843, DE 03 DE MAIO DE 2018

Revoga a Portaria Nº 0821/2018.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, DESEMBARGADORA DO TRABALHO MARIA DE LOURDES LINHARES, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as determinações constantes do PROAD nº 4708-2018;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria TRT5 Nº 0821, de 02 de maio de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 03 de maio de 2018.

MARIA DE LOURDES LINHARES

Desembargadora Presidente

ATO TRT5 Nº 0179, DE 03 DE MAIO DE 2018

*Designa Leiloeiro Oficial par a
Hasta Pública a ser realizada em
06 de junho de 2018.*

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, DESEMBARGADORA DO TRABALHO MARIA DE LOURDES LINHARES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 45, XXI, do Regimento Interno do TRT da 5ª Região,

Considerando a necessidade de respeitar o rodízio entre leiloeiros credenciados;

Considerando que ainda não há Ato de designação dos leiloeiros oficiais que funcionarão em cada uma das hastas públicas, marcadas para o ano de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar, como Leiloeiro Oficial, para funcionar na hasta pública do Polo de Salvador, a ser realizada nas modalidades **Presencial e ON-LINE, no dia 06 de junho de 2018, o senhor Arthur Ferreira Nunes.**

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se

Salvador, 03 de maio de 2018.

MARIA DE LOURDES LINHARES
Desembargadora Presidente

PROCESSOS

PROAD 4764/2018

Requerente: Magistrado André Oliveira Neves
Assunto: Licença trânsito
Decisão: Defiro o pedido formulado.

PROAD 3101/2018

Requerente: Baidec Dartanham dos Santos Matos e outros
Assunto: Conversão de licença prêmio
Decisão: "(...)acolho o parecer emitido pela Secretaria de Assessoramento Jurídico e indefiro o pleito formulado por Baidec Dartanham dos Santos Matos, Leidijane Cunha Carvalho, Leidiane Cunha Carvalho, Alberto Mendonça de Carvalho Filho e Rafael Cunha Carvalho, relativo à conversão dos 5 (cinco) meses de licença-prêmio que não foram usufruídos pela servidora falecida Maria Elena Cunha de Carvalho."

PORTARIAS

DESIGNAÇÃO

0812/2018-MARILIA FERREIRA DOURADO-19ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-30/04/2018 (Processo PROAD: 4615/2018).-MARIO MORENO MOSCOSO VALLADARES-19ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-30/04/2018 (Processo PROAD: 4615/2018).

DESLIGAMENTO

0807/2018-FRANCISCO ALVES FEITOSA LEITAO-NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DO JUÍZO CONCILIAÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-30/04/2018 (Processo PROAD: 1777/2018).

0809/2018-JOSE EDSON DA COSTA-VARA DO TRABALHO DE GUANAMBI-FC04 SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA-17/04/2018 (Processo PROAD: 4530/2018).

0811/2018-CASSIA MARQUES PINA DE SA TELES-19ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-30/04/2018 (Processo PROAD: 4615/2018).-MARILIA FERREIRA DOURADO-19ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-30/04/2018 (Processo PROAD: 4615/2018).

REMOÇÃO

0810/2018-MARIO MORENO MOSCOSO VALLADARES-31ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-19ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-30/04/2018 (Processo PROAD: 4615/2018).

DIÁRIAS – RETIRRATIFICAÇÃO

0782/2018 - 0639/2018 - ANTONIO CESAR VIANA DOMIENSE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - VITÓRIA/ES - PARTICIPAR DE EVENTO - 3 e 1/2 - 25/04/2018 a 28/04/2018.

0801/2018 - 0494/2018 - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 1/2 - 30/10/2017 a 30/10/2017. - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 1/2 - 07/11/2017 a 07/11/2017. - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 1/2 - 01/11/2017 a 01/11/2017. - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 1 e 1/2 - 06/11/2017 a 07/11/2017. - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 5 e 1/2 - 27/10/2017 a 01/11/2017. - JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - FEIRA DE SANTANA/BA - JUIZ SUBSTITUTO DESIGNADO PROVISÓRIO ATO 617/15 - 1/2 - 31/10/2017 a 31/10/2017.

Corregedoria

Licença médica

Laudo médico nº: 0470/2018

Magistrado: Thiago Barbosa Ferraz de Andrade
Período: 30/04/2018 a 09/05/2018

Laudo médico nº: 0059/2018

Magistrado: Rita de Cassia Suzart de Freitas
Período: 02/05/2018 a 30/07/2018

Diretoria Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: PROAD 4713/2018.
INEXIGIBILIDADE: 555/2018, de acordo com o Art. 25, Inciso II, combinado com o Art. 13, Inciso VI da Lei 8.666/93. OBJETO: Aquisição de 02 (duas) inscrições no "Curso Básico de Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndio", para servidores do Núcleo de Engenharia e Arquitetura. Valor Total: R\$ 1.000,00 (um mil reais). Contratada: **ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA**. Autoridade Competente: **Caroline Oliveira Guimarães Andrade** – Diretora-Geral, em exercício.

Secretaria de Gestão de Pessoas

PROCESSOS

PROAD 4060/2018

Requerente: Rita Maria Amaral Oliveira
Assunto: Averbação de tempo de contribuição
Decisão: Conforme informação supra, averbe-se o tempo de serviço registrado na certidão de doc. 2, totalizado 7.205 (sete mil, duzentos e cinco) dias de serviço público federal, que poderão ser averbados para todos os efeitos existentes à época, de acordo com o art. 100, da Lei 8.112/90.

PROAD 4162/2018

Requerente: Nelci Pires Alves de Amorim

Assunto: Averbação de tempo de contribuição

Decisão: Conforme informação supra, averbe-se o tempo de serviço registrado na certidão de doc. 2, totalizado 2.577 (dois mil, quinhentos e setenta e sete) dias de tempo de serviço, sendo 1.661 (um mil, seiscentos e sessenta e um) dias de serviço público municipal, que poderão ser averbados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme o art. 103 I, da Lei nº 8.112/90 e 916 (novecentos e dezesseis) dias de serviço prestado na iniciativa privada, que poderão ser averbados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o art. 103 V, da Lei nº 8.112/90.
